



Mulheres em marcha: natureza, territórios e soberania

Acúmulos políticos da Marcha Mundial das Mulheres

Documento de memória da oficina realizada em São Paulo
em 10 e 11 de novembro de 2023

Herança

Poema de Camila Paula

*A indignação e a capacidade de organizar a luta
Com comprometimento, força e ternura
De uma feminista revolucionária
Escreveu, até aqui, a história que nos encontra,
Hoje, não prontos e prontas, mas de pé para seguir escrevendo
A radicalidade urgente de um novo tempo.
Ora! Mirar o horizonte de um outro mundo é exercício coletivo
– de ontem e de agora –
E se um farol se apaga para fora,
É hora de acender o que está dentro:
Do fundo dos nossos quintais-continentes
Sejamos luzeiros da esperança teimosa aprendida
Nossas mãos dadas: varais de bandeiras vermelha-lilás
Até que tremule a bandeira da paz
Em todo recanto desta Terra!
O caminho, camaradas, segue sendo um:
O bem comum de iguais.
Não fiquemos distantes.
Façamos como sabemos –
Com paixão e sem se dobrar à nenhuma tirania!
Companheiras, amigas, em nós permanece ardendo a Marcha da solidária rebeldia.
Sonhar, amar e mudar o mundo
Como Nalu Faria.*

Nalu presente! Até que todas sejamos livres!



Foto: Natalia Blanco



Feminismo e antirracismo nos debates sobre a natureza

Para abrir o debate

Nosso debate sobre natureza vêm dos nossos acúmulos da Marcha Mundial das Mulheres, sobretudo a partir da economia feminista, partindo das práticas das mulheres nos territórios, do reconhecimento dos saberes das mulheres nesses territórios, que estão cheios de vida, com uma organização política que tem como referência os tempos da vida, da regeneração da natureza e do corpo, dos cuidados e da alimentação.

Quando nós nos aproximamos do debate da Economia Feminista, vimos que a lógica do tempo do capital está em contradição com os tempos da vida, e que nós, mulheres, acabamos nos tornando, dentro desse sistema capitalista, como uma variável de ajuste, em que nosso tempo, trabalhos e corpos são explorados conforme o ritmo necessário para o capital, e essa exploração se agudiza em tempos de crise, por exemplo.

Ao longo desse ano, construímos um processo de discussão que nomeamos “Apurando horizontes feministas sobre a crise ecológica”, resgatando e atualizamos nossos acúmulos sobre o tema. Chegamos à palavra “apurando” com base na experiência das mulheres da Barra do Turvo, no Vale do Ribeira, em seu processo de apurar o açúcar até ele chegar no ponto buscado. Nesse processo, que é praticamente uma mística, combina-se o trabalho da natureza, através do fogo, com o trabalho humano. E remete também a uma prática intergeracional que foi recuperada. Quando a dona Aparecida, da RAMA (Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras da Barra do Turvo), voltou a fazer após ter ficado afastada da prática, ele ficava empedrado. Mas depois, lembrou o ponto e como chegar até ele, ensinando seus filhos. Nenhum açúcar é igual ao outro, lembrando a nós, da cidade, que, apesar da nossa expectativa de repetição e homogeneidade diante da vida caótica que vivemos, a natureza não é assim, podemos dizer que ela corresponde a um “caos equilibrado”. E esse é nosso ponto de partida para essa discussão.

Colocar mais coisa no tacho: tempo e trabalho

De leituras como Patriarcado e acumulação em escala mundial (Mies) e Uma ecologia decolonial (Ferdinand), revisadas nesse processo de apurar nossos horizontes, recuperamos a formulação de que é um pressuposto do capitalismo o controle do tempo das pessoas trabalhadoras e da natureza. Ao mesmo tempo em que o tempo do relógio e o controle do tempo são impostos, há uma aceleração do tempo pela intensificação do capital. Talvez um dos melhores exemplos que tenhamos disso é a galinha de granja, confinada em um espaço com luz artificial, em que não há divisão entre dia e noite, para seguir produzindo 24 horas por dia.

Nos escritos de Marx, esse tema aparece como uma falha estrutural do capitalismo, nomeada por ele como “falha metabólica”, causada pelo processo de separação entre campo e cidade, em que as pessoas trabalhadoras são retiradas do campo na estruturação do capitalismo para serem concentrados nas fábricas na cidade, enquanto o campo é cercado e os trabalhadores são impedidos de cultivar a própria comida, contando apenas



com a força de trabalho para viver. Marx falou também do cercamento da floresta como propriedade privada, em que os trabalhadores já não podem nem pegar madeira para se aquecer.

Dessa forma, as pessoas vão para a cidade, e o alimento que vai para a cidade vira um resíduo que não é utilizado, por exemplo, para fertilizar o solo no campo (no qual era originalmente adubo, matéria orgânica). Os capitalistas passaram então a buscar adubo concentrado e descobriram que em uma ilha da América do Sul existia um pássaro cujo excremento serve de adubo, levando ele para a Inglaterra e dando início à instauração do imperialismo, em que o controle dos recursos de forma soberana é retirado do Chile. Isso é algo que segue ocorrendo, por exemplo, com o fosfato extraído do Saara Ocidental – país ocupado ilegalmente pelo Marrocos – e importado pelo agronegócio brasileiro, o que entra em conflito com o reconhecimento do Saara como um país soberano pelo Brasil.

Ao longo dos séculos, criou-se uma ideia, inclusive na esquerda, de que o desenvolvimento das forças produtivas poderia diminuir o tempo de trabalho, colocando fim às jornadas extensas e liberando o tempo dos trabalhadores. Mas o que vemos é o contrário: temos que colocar cada vez mais nosso tempo à disposição do capital para sermos convocados como trabalhadores.

Nisso entra também a questão das tecnologias, de uma visão (arriscada) de que o desenvolvimento das tecnologias poderiam nos favorecer como trabalhadores, liberando nossa força de trabalho. Na nossa visão, esse debate é tanto sobre reorganizar o trabalho, diminuindo a quantidade de horas e ter mais tempo de lazer, assim como dar sentido para este trabalho realizado. Em outras palavras, é também reconhecer o trabalho que fazemos para produzir sentidos de uso/de troca, colocando em debate que é o trabalho em si.

Outro ponto é quais são os tipos de trabalho que consideramos necessários, quais queremos construir e quais devem acabar, segundo a lógica da economia feminista. O agronegócio e a indústria bélica que lucra com guerras e massacres são setores que não servem para nada na vida das pessoas. É preciso valorizar trabalhos e setores geradores da vida, com uma dimensão ecológica, além da social. Muitas das lutas nas quais estamos envolvidas na MMM, na agroecologia, na transição energética, etc., são lutas que estão sendo feitas com outros movimentos, como o MST, o movimento camponês, sindical, colocando o trabalho como um elemento central na transição. Nas nossas relações com esses movimentos, nessa construção de luta em articulação, é importante a atuação da MMM para trazer a economia feminista, com as estratégias e alternativas das mulheres, para esses espaços.

Ainda na relação entre trabalho e crise climática, sabemos que as “tragédias” ou “desastres” climáticos geram empobrecimento das populações e maior sobrecarga de trabalho para as mulheres. No Brasil, temos exemplos recentes no Sul e no Norte do país. Em Santa Catarina, a população ficou debaixo d’água com as enchentes, as mulheres tiveram suas vidas destruídas e, na mídia, isso é tratado como algo natural, com um discurso de que foi a “natureza” que destruiu. Na Amazônia, a seca dos rios afetou o transporte náutico e a população passou a precisar atravessar quilômetros a pé para ir ao trabalho, à escola, a seca alterou o tempo da vida das pessoas.

Enquanto isso, quando essas tragédias ocorrem, os governos locais pedem que se decrete estado de emergência, o que significa que não será necessário fazer licitação para aplicar recursos que vêm para o município, e esses recursos vão para a próxima eleição,



para as grandes empresas construírem estradas, etc. Para as pessoas sobra apenas roupa usada, móveis velhos doados, pois não há participação popular na distribuição dos recursos.

No tema da tecnologia, é preciso seguir formulando e amplificando nossas elaborações sobre soberania tecnológica em articulação com a soberania energética e com a soberania alimentar. No avanço do capitalismo, as tecnologias estão a favor da exploração e não da libertação; as empresas tecnológicas do agronegócio são as mesmas que fazem os anticoncepcionais que lucram com o controle de nossos corpos. Essas empresas estão se fundindo, e nossa luta precisa dar conta de fazer uma crítica a todas essas dimensões e ao poder corporativo como um todo.

Na vida das agricultoras agroecológicas, a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo não se dá segundo as formas do capital; em seus territórios, lazer e trabalho estão misturados, e na construção de seus saberes, a observação da natureza é muito importante. E essa observação que fazem ao caminhar se encaixa no tempo do trabalho produtivo (que seria o manejo)? Ou no tempo do lazer enquanto passeiam para descansar um pouco a cabeça? Ou seja, nem sempre a separação dos tempos de reprodução e produção opera nas formas de organizar o tempo, que é algo próprio da estrutura capitalista. Talvez por isso, uma das atividades que costumam ser feitas nos nossos espaços para trabalhar a economia feminista, que é a atividade do relógio¹, acaba sendo mais fácil com mulheres com tempos regidos pelo capital.

Para as agricultoras agroecológicas, para quilombolas, indígenas e comunidades tradicionais, o tempo é uma espiral onde se encontram passado, presente e futuro e pode ser chamado no plural como “tempos largos”. Esse é um debate que pode ser feito inclusive ao questionar a política institucional do Marco Temporal, por exemplo, que propõe a titularidade de terras de comunidades tradicionais que estavam no território no momento da promulgação da Constituição pós-ditadura, sem considerar a expulsão desses povos durante a ditadura e sem a compreensão de que, para eles, território não é marcado pelo tempo cronológico, e que o momento em que realizaram a retomada de seus territórios ou a forma pelas quais o reconhecem como seus dependem de múltiplos fatores.

Faz parte da nossa construção na MMM o reconhecimento de que nós, seres humanos, somos interdependentes, vulneráveis e precisamos de cuidados como pessoas em todas as fases da vida. Mas esses cuidados estão desigualmente distribuídos: as mulheres cuidam muito mais - e as mulheres não brancas ainda mais, e essa desigualdade é tida como natural, a partir de uma visão patriarcal de que nós “nascemos” para cuidar.

A esse reconhecimento da nossa interdependência entre seres humanos soma-se o reconhecimento da interdependência entre humanos e natureza. Não é possível vivermos sem interrelação entre nós, assim como não há como nos separarmos da natureza. Nós também somos natureza e também precisamos do tempo de regeneração, como o tempo do descanso, o tempo do luto, etc.

¹ Em muitas atividades de formação, para debater a divisão sexual do trabalho, utilizamos a dinâmica do relógio. Nela, as/os participantes registram uma jornada diária de uma mulher e de um homem, para depois debater coletivamente as semelhanças e diferenças. Inevitavelmente chegamos à sobrecarga das mulheres, as primeiras que se levantam e as últimas que dormem em um dia de atividade contínua.



Nessa nossa visão sobre interdependência, que vem do acúmulo do feminismo popular e do ecofeminismo, a natureza significa comunidade, comuns², enraizamento. A natureza existe na interrelação com as comunidades em seus territórios, no manejo e no cuidado dos povos, que mantêm e cultivam a natureza em seus manejos.

Feminismo contra as falsas soluções

Nos contrapomos a uma visão que coloca a natureza como “intocável”, a partir de uma ideia de preservação datada e importada dos Estados Unidos de que cuidar da natureza é mantê-la isolada em um parque. A criação de unidades de conservação separadas e privatizadas exclui e criminaliza as práticas das comunidades que mantiveram e mantêm esses territórios historicamente com tanta vida, empurrando-as para as chamadas zonas de sacrifício³, enquanto os parques se tornam territórios de lazer que só podem ser desfrutados por visitantes, por turistas e por meio de pagamento.

No Vale do Ribeira, por exemplo, as mulheres quilombolas, como as que estão organizadas na RAMA, lutam por uma vida justa e enfrentam muitos desafios e ameaças, como a criminalização de suas práticas tradicionais na agricultura, como a roça de coivara, com manejo e controle do fogo, o risco de vida com a circulação de animais silvestres do PETAR em seus territórios.

Temos o desafio de combater a narrativa de que é a própria população quem polui e destrói a natureza, inclusive as pessoas das zonas de sacrifício. No Rio de Janeiro, as Unidades de Conservação fazem fronteira com as favelas e há uma tentativa de cercar e culpabilizar as comunidades e os povos de terreiros pela poluição. Mas, na realidade, essas comunidades atuam como “barreiras ecológicas”, impedindo a devastação que já teria acontecido se elas não estivessem ali, com a construção de mansões, por exemplo.

Questionamos as falsas soluções do mercado que estão baseadas em desigualdades, racismo e hierarquias de poder, como o mercado de carbono e a transição energética que não leva em conta as populações locais e as condições de trabalho. Em vários estados do Nordeste - na Bahia, nos lençóis maranhenses, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, por exemplo - o debate sobre energia eólica e solar está muito presente, com a criação de fazendas solares e parques eólicos que invadem as comunidades para produzir energia. A proximidade dos aerogeradores tem causado problemas de saúde - de transtornos mentais a problemas de audição e respiratórios-, acidentes e danos às estruturas das casas e cisternas.

Uma “transição” energética ou ecológica pode ser feita de diversas formas. Acreditamos que para que ela esteja a serviço da vida e das pessoas trabalhadoras, deve estar baseada na soberania, garantia do direito ao território e de trabalho digno para o povo.

² **Comuns**, ou **bens comuns**, são os bens materiais e imateriais que são coletivos e não podem se tornar propriedades de uma só pessoa ou empresa. Por exemplo: terra, água, ar, conhecimentos históricos da humanidade ou manejo de plantas. São também as formas em que as comunidades se organizam para cuidar desses bens e desfrutá-los.

³ **Zonas de sacrifício** são áreas escolhidas para concentrar a contaminação ambiental, geralmente em territórios de populações tradicionais ou comunidades mais vulnerabilizadas que ficam expostas aos danos gerados pelas empresas.



A transição energética corporativa não promove nada disso: segue com o mesmo modo de produção capitalista, mas agora emitindo menos - ou fazendo compensações de - carbono. Por isso acreditamos que o discurso da necessidade da “descarbonização” ou “economia de baixo carbono” não dá conta de resolver os problemas sociais que enfrentamos: se reduzimos o problema às emissões de carbono podemos acreditar que é possível resolvê-lo apenas plantando algumas árvores que vão capturar esse carbono da atmosfera, sem tocar na profundidade e na complexidade dos problemas sociais e ambientais que o modelo de exploração capitalista gera. É com base nisso que as corporações têm promovido uma transição que só aprofunda um modelo destruidor e colonial, que explora os territórios do Sul Global em nome de fazer uma “economia de baixo carbono” nos países do Norte. Ou seja, constroem uma economia “sustentável” às custas da exploração e poluição no Sul Global. A produção dessas “energias limpas” tem se dado a partir da mesma lógica colonial e explorada presente nos conflitos fundiários com as mineradoras, com os garimpeiros e ruralistas, como a grilagem, a concentração da riqueza e o uso do poder do Estado e da militarização para proteger a propriedade privada e criminalizar os povos para roubar os recursos que eles preservam. Tudo isso acompanhado de um discurso de que as comunidades têm práticas de preservação “atrasadas”.

Outro ponto é a importação de “produtos verdes” que não são adequados para a realidade brasileira, como a importação do óleo de Neem, considerado um inseticida “verde”, mas que está matando as abelhas no Brasil. A construção de verdadeiras soluções para o clima e de uma transição energética justa passa pela participação dos povos, das mulheres, da classe trabalhadora, e o Brasil estará à frente desse debate globalmente.

Nossos caminhos no presente

Os povos, ao longo da história em sua luta por liberdade, autonomia e soberania, foram criando diversas estratégias. No Brasil e em outros países, durante a luta para abolir a escravidão formalmente, uma delas foi criar rotas de fuga para pessoas escravizadas, formando comunidades autônomas em harmonia com e em defesa da natureza.

Essa defesa dos comuns e da natureza segue presente nos nossos debates e, sobretudo, nas nossas estratégias como movimento: aterramos nossas lutas nos territórios, onde construímos resistências e alternativas concretas ao modelo capitalista, construindo vínculos e alianças local e internacionalmente.

Nesse sentido, no presente, alguns dos nossos caminhos são:

Defender nossos territórios, tanto aqueles que ocupamos historicamente, quanto aqueles que estão sendo recuperados pelos povos no presente em defesa da reforma agrária ou na retomada de territórios tradicionais de indígenas e quilombolas. Reivindicamos também os territórios “aquilombados”, isto é, espaços de resistência urbanos, como as escolas de samba, os terreiros, as ocupações.

Imaginar futuros e criá-los, associando-os a essa ideia de tempos largos, usando nossa criatividade e energia para criar alternativas que permitam que a natureza



aflore nas cidades, identificando e reivindicando a abertura das nascentes e a recuperação da biodiversidade afogada pelo concreto do capitalismo, por exemplo.

É preciso criar e fortalecer os espaços de resistência e reconectar e defender a natureza também nas cidades, sem deixar essa questão apenas para o campo, e imaginar outras formas de futuro nas cidades e nas relações.

A cidade também produz agricultura urbana, não é só recepção de alimentos. As mulheres das cidades estão produzindo agricultura agroecológica, retomando a conexão com terra e o tempo da natureza. Temos experiências concretas e precisamos ampliá-las.

Construir sínteses e comunicação para disputar a sociedade, os espaços de decisão e contrapor as ideias liberais divulgadas pela mídia e empresas normalmente nomeadas como "emergência climática" ou "crise climática". Precisamos fortalecer as construções dos movimentos sociais que sejam compreensíveis para as pessoas em geral, desconstruindo a ideia de que esse é um "assunto de especialistas".

Biodiversidade em debate

Nosso país possui cerca de 25% da biodiversidade do planeta, e, ao contrário do que se costuma pensar, ela não é algo "natural": ela é cuidada, criada e reproduzida pelos povos e comunidades, como agricultoras(es) familiares, camponesas(es), povos indígenas, comunidade quilombolas e demais comunidades tradicionais. Eles são agentes fundamentais para a conservação e fortalecimento da proteção da biodiversidade, uma vez que são produtoras(es) do conhecimento sobre a conservação, manejo e uso sustentável da natureza. É nesse sentido que surge a ideia de sociobiodiversidade, que traz o elemento da interação entre a natureza e as pessoas em sua convivência nos territórios.

O crescimento econômico capitalista pautado em *commodities*, agrícolas ou minerais, pressiona cada vez mais os territórios, resultando na perda de biodiversidade e na privatização de territórios. A vida sob o capitalismo só tem valor se pode ser explorada; de uma forma ou de outra, os impactos desse modo de vida são avassaladores. Enquanto essa lógica beneficia grandes empresas, ela restringe o acesso à terra, às sementes, às plantas e aos conhecimentos tradicionais e, com a biodiversidade em declínio, também são colocados em risco modos de vida tradicionais que coevoluíram com ela.

Se para os povos e comunidades tradicionais, a interdependência e ecodependência são premissas, uma das premissas do capitalismo é destruir essas outras formas de vida que não se baseiam no lucro. Em Minas Gerais, a dependência da mineração desarticula as relações de vida, de trabalho e comunitárias. Em outras regiões, é o garimpo ou o agronegócio. A lógica privatista cria distanciamento entre os territórios e também nos distancia das nossas pautas corpo-território, gerando uma desarticulação da socialização e da luta coletiva.

A desumanização das comunidades permite legitimar essa destruição. A riqueza da diversidade de cultivos e práticas, a diversidade alimentar e a abundância de recursos



preservados é vista como “excessiva” e deve ser controlada ou massacrada violentamente para a imposição de monoculturas ou extração privada e mercantilização, instaurando uma lógica de precariedade. Isso ocorre no Brasil, nos ataques às favelas, invasões a territórios indígenas e quilombolas, assassinatos de lideranças comunitárias. Ocorre em vários outros países do Sul global, como na Palestina, que tem suas águas envenenadas e colheitas queimadas pelas forças ocupantes de Israel.

Ao contrário da lógica da privatização e destruição da biodiversidade imposta pelo capitalismo, os povos cuidam da biodiversidade como um bem comum, isso, como algo que é e deve ser compartilhado por todos, e deve ser utilizado de forma a melhorar a vida de quem vive no território onde esses bens se encontram.

Algumas mudanças na legislação dificultam ainda mais o acesso dos povos à biodiversidade e aos bens comuns. No Brasil, uma delas é a Lei 13.123/2015, que estabelece o marco legal da biodiversidade brasileira e do acesso e repartição dos benefícios sobre o conhecimento tradicional associado. Entre os movimentos, essa lei ficou conhecida como “Lei da Biopirataria”, por considerarem que ela facilita o roubo dos direitos dos povos sobre o patrimônio genético que cuidaram e seus conhecimentos associados a esse patrimônio, ao determinar, por exemplo, que quando não for possível rastrear a origem de um patrimônio genético, não é necessário compartilhar os lucros obtidos a partir do uso dele com as comunidades de origem.

Ainda sobre essa lei, apontamos que ela não respeita o direito das comunidades ao consentimento livre, prévio e informado, que é o direito de uma nação, grupo ou comunidade indígena de determinar o próprio desenvolvimento e exercer a autodeterminação diante de decisões governamentais ou empresariais que dizem respeito a seus territórios. Esse direito estabelece, por exemplo, que determinada empresa que queira explorar determinado recurso dentro de uma comunidade, tenha que explicar à comunidade o que fará com esse recurso e conhecimentos associados, garantindo-lhes o direito de escolher se aceitam ou não o projeto.

A biopirataria do patrimônio genético tem avançado nos territórios na ausência de recursos materiais para sustentação das pessoas, em que as empresas se aproveitam da situação de escassez gerada pela precarização da ocupação dos territórios e ausência de serviços públicos para se apropriar de recursos e saberes das comunidades através do pagamento negociado com alguns membros. Defendemos o direito à consulta das comunidades e o respeito aos protocolos bioculturais criados pelos povos, que fortalecem a lógica coletiva e solidária dos territórios, a partir do intercâmbio e socialização do conhecimento e não sua apropriação individual e mercantilizada e a criação de políticas e instrumentos para garantir a sustentação dessas populações fora da lógica corporativa, a partir do aproveitamento econômico desses territórios respeitando as comunidades e valorizando a biodiversidade.

Além disso, questionamos as formas institucionais de registro do conhecimento das comunidades tradicionais, limitadas à documentação, sendo que o principal modo de preservação desses conhecimentos é manter as comunidades vivas, em que o uso e a gestão da biodiversidade fazem parte de suas tradições e organização social, e são transmitidas através do manejo e da oralidade. Como compartilham as mulheres raizeiras do Cerrado, os xaropes que elas produzem não são “apenas um vidrinho qualquer, e sim uma síntese de conhecimento”.



As mulheres dos povos tradicionais são guardiãs da memória e da história de seus territórios. É preciso fortalecer os processos das mulheres na recuperação de memórias, na troca coletiva de saberes e solidariedade para seguir construindo a biodiversidade. Como principais responsáveis pela sustentabilidade da vida, as mulheres conhecem as plantas, sabem a forma de uso, quando e em qual proporção usá-las, e os cuidados que realizam com seus conhecimentos tradicionais, como benzedadeiras, como curandeiras, se contrapõem à lógica de medicalização da vida imposta pela indústria farmacêutica, respeitando o tempo de regeneração do corpo e do efeito mais lento das ervas.

A nossa construção de luta passa pelo reconhecimento dessa diversidade de plantas, práticas e tempos, pela defesa dos comuns, em que “comum” significa abundância, coletividade, complexidade e heterogeneidade. Nesse debate que fazemos sobre a biodiversidade, colocamos em questão também o consumismo imposto pelo capitalismo, que transforma um monte de quinquilharia de plástico em supostas necessidades e diz oferecer uma variedade de produtos alimentícios, mas é tudo soja e milho transgênico do agronegócio.

Espiral do tempo: os acúmulos políticos da MMM no debate sobre clima e natureza

Ao analisar a construção de movimento ao longo desses 23 anos de MMM, vemos como nossa crítica ao capitalismo vai se reatualizando e como ele tem se tornado cada vez mais violento. Também vemos como nossa elaboração política dá conta de vários temas, entre eles, a questão da natureza e do clima, que sempre esteve presente nos nossos debates na Marcha das Margaridas desde o início, em 2000.

A luta contra a ALCA, protagonizada pelos movimentos e organizações populares das Américas em 2005, foi um marco importante para nossa organização na MMM. Naquele momento, nós colocamos que não queríamos um acordo de livre-comércio “melhorado”. Pelo contrário, queríamos propor uma discussão sobre o modelo neoliberal, afirmando que dentro dele não é possível ter igualdade e nem liberdade.

Tivemos essa grande vitória - a derrota da ALCA - mas logo depois passamos a enfrentar um processo de integração regional de infraestrutura desenvolvimentista. Nesse contexto, nosso debate incluía a crítica aos megaprojetos que destroem a natureza e ameaçam a vida das pessoas que vivem nos territórios explorados.

Não nos organizamos a partir da agenda da ONU, não participamos de eventos como as Cúpulas do Clima, pois sabemos que são espaços em que não há lugar para a nossa concepção política e que estão cada vez mais cooptados pelas empresas transnacionais, sem possibilidade de negociação. Mas quando essa agenda tem a ver com a construção de lutas nos territórios, participamos da organização de “contracúpulas” junto a outros movimentos e organizações, e nos mobilizamos para expressar nossa força e colocar nossa visão no debate público.

No nosso caminho de construção da soberania alimentar, em aliança com outros movimentos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Via Campesina, a discussão sobre clima e meio ambiente sempre esteve presente, trazendo as



dimensões da (in)justiça ambiental e do racismo. Em 2006, nossos documentos já traziam essa discussão a partir da crítica à mercantilização da natureza, à privatização dos bens comuns, como a água, e a defesa da agroecologia. É também a partir desse debate e das nossas práticas que passamos a reconhecer que o mercado coopta nossas agendas e as transformam em “maquiagem verde” e “maquiagem lilás”, como chamamos hoje, e que só com a força e organização dos sujeitos coletivos é que podemos enfrentar isso.

Maquiagem verde são ações das empresas para parecerem sustentáveis. É comum que grandes empresas que têm atividades com grande impacto ambiental façam peças de propaganda ou campanhas de “responsabilidade ambiental”, afirmando que se preocupam com a redução de seus impactos. No entanto, essas ações têm nenhum ou pouco impacto ambiental positivo frente à destruição que causam.

Maquiagem lilás são ações com caráter publicitário para transmitir a ideia de que as empresas praticam a justiça de gênero. Essas ações vão desde a promoção de cursos de profissionalização para mulheres até o uso de imagem daquelas que ocupam cargo de poder. Na prática, são iniciativas que não mudam a vida das mulheres em seu conjunto, que são o grupo social mais afetado pelos projetos dessas mesmas empresas.

Um dos marcos dessa nossa história é a realização do [Encontro Nacional de Mulheres em Luta por Soberania alimentar e Energética](#) em 2008. O documento final desse encontro traz muitos elementos do nosso debate atual, como o questionamento do latifúndio e agrocombustíveis, uma visão ampliada do que é energia, para quê e a quem ela serve e a crítica aos impactos das grandes hidrelétricas na vida das mulheres dos territórios, além da crítica feminista ao modelo de desenvolvimento. Essa elaboração política representou um acúmulo para a nossa presença no Fórum Social Mundial de 2009, do qual participamos da construção desde o início (2000).

Temos trilhado dois caminhos que se cruzam a todo momento: o caminho da construção de alianças e o nosso caminho interno como Marcha.. Internamente, o debate sobre a natureza passou a ter mais força a partir da nossa Ação Internacional de 2010, quando a mercantilização da natureza e a crítica às falsas soluções passaram a fazer parte do nosso 4º campo de ação “[Bens comuns e serviços públicos](#)”.

No início dos anos 2010, todo esse acúmulo que tivemos nos processos de aliança e articulação ganha força e o debate sobre a natureza passa a outro patamar na nossa organização. O ano de 2012 foi particularmente expressivo, com a nossa participação na Cúpula dos Povos, evento paralelo à Rio+20 e a realização da nossa ação internacional de 24h de solidariedade feminista.

A construção da [Cúpula dos Povos](#), em convergência com outros movimentos, durou cerca de um ano e meio. O encontro da Rio+20 marcava 20 anos de realização da Eco-92 e, após a crise econômica mundial de 2009, tentava legitimar a economia verde como uma saída para a crise colocada, ou seja, tinha a ver apenas com a crise do próprio capital. Nós participamos da construção dessa contracúpula a partir das nossas práticas de organização; com muito debate interno, muitas oficinas e atividades realizadas no Brasil todo sobre o impacto dessa agenda e das falsas soluções de financeirização da natureza na vida das mulheres. Nossa presença foi significativa, com a realização de manifestações todos os dias. A Cúpula conseguiu levar mais de 10 mil pessoas às ruas e sabíamos que



dependíamos dessa força de mobilização para que nossa posição fosse ouvida e tivesse cobertura.

Os slogans da Marcha que surgiram nesse período, como “Para o feminismo, o capitalismo não tem ECO”, são parte da nossa construção de sínteses e seguem presentes nos nossos processos de organização contra a mercantilização da natureza e defesa da sustentabilidade da vida.

Todo esse processo de organização da Cúpula, com presença significativa da MMM, se desdobrou em outros acúmulos muito importantes para nossa organização no período posterior, com desdobramentos que seguem até hoje, como o fortalecimento da nossa aliança com outras organizações, como a Amigos da Terra Internacional e a Confederação Sindical das Américas (CSA), e contribuímos com a visão do feminismo e movimentos na agenda ambiental no desenvolvimento da Plataforma de Desenvolvimento das Américas (PLADA), e também a construção da Jornada Continental contra o Neoliberalismo e pela Democracia, com o feminismo e a justiça ambiental como pilares.

No final de 2012, realizamos nossa Ação de 24 horas de Solidariedade Feminista, uma agenda da MMM internacionalmente, com o tema “[Somos Todas Apodi](#)”, em solidariedade às mulheres da Chapada do Apodi, no Rio Grande do Norte, cujo território e práticas agroecológicas estavam ameaçados pelo agro e hidronegócio no Projeto de Irrigação Santa Cruz. Com isso, queríamos demonstrar que a luta em defesa do território protagonizada pelas mulheres é uma luta de todas, e não só de quem vive no local, e como na nossa construção de movimento o local está conectado com o global.

O ano de 2013 também foi um marco importante da MMM no Brasil, pois fomos sede do 9º Encontro Internacional do movimento. Durante o encontro, realizamos uma ação espontânea com mais de cem militantes contra a Vale, aproveitando a presença do diretor de sustentabilidade da empresa em uma atividade no Memorial da América Latina, onde estávamos reunidas. Essa ação foi protagonizada por nós, do Brasil, e pelas militantes de Moçambique, que também enfrentavam naquele momento a ameaça da mineradora às comunidades da província de Tete para exploração de uma mina de ferro, com expulsão da população local. Mais uma vez, demonstramos como a nossa agenda em defesa da natureza e da soberania está conectada internacionalmente, às vezes com desafios específicos, mas muitas vezes com o mesmo tipo de ameaça.

Foi também a partir de 2013 que passamos a participar mais ativamente da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), com a organização do III Encontro Nacional de Agroecologia, realizado no ano seguinte. Nessa construção, expandimos as alianças e nossa inserção no movimento agroecológico, reivindicando o mote “Sem feminismo, não há agroecologia”. Nos anos posteriores, estivemos presentes em jornadas nacionais de agroecologia, oficinas de agroecologia locais e feiras de economia solidária, defendendo tanto a agroecologia como a economia solidária e feminista como apostas para colocar a sustentabilidade da vida e da natureza no centro.

Nas nossas atividades auto-organizadas nos anos seguintes, como a Virada Feminista em São Paulo e no Rio Grande do Norte, seguimos fortalecendo a agroecologia e a aliança entre campo e cidade, promovendo rodas de conversa entre militantes urbanas e agricultoras. A partir de 2014, o dia 24 de abril passou a ser parte do nosso calendário como Dia de Solidariedade Feminista Internacional contra o Poder das Empresas Transnacionais,



relembrando as mais de mil vítimas - a maioria delas, mulheres em situação de trabalho ultra precarizado - da queda do edifício Rana Plaza em Bangladesh no ano anterior.

Em 2015, realizamos nossa 4ª Ação Internacional de forma descentralizada para enraizar nossos processos de forma local e visibilizar as lutas construídas nos territórios, as resistências e práticas das mulheres na construção de novos paradigmas. A nossa crítica à mercantilização da natureza, nossa defesa da justiça ambiental a partir dos povos, da soberania energética e da agroecologia, esteve muito presente.

Na ação do Centro-Oeste, a defesa dos territórios e da natureza esteve muito presente na denúncia da disputa pela terra, do desmatamento do cerrado e áreas de florestas pelo agronegócio, e da violência contra mulheres indígenas, além da exploração sexual gerada com os megaprojetos. No norte de Minas Gerais, cerca de seis meses antes do rompimento da Barragem de Fundão, da mineradora Samarco, controlada pela Vale e BHP Billiton, as militantes da Marcha já denunciavam os impactos sociais e ambientais da extração de minérios e a instalação de minerodutos pelas empresas transnacionais, com a violação dos direitos das mulheres e das comunidades tradicionais.

A ação realizada no Vale do Ribeira, em São Paulo, pelas militantes do estado e do Paraná, denunciou a lógica de controle e mercantilização da natureza, por meio de uma política ambiental de conservação repressiva, como já mencionamos anteriormente, que criminaliza e ameaça as comunidades tradicionais de quilombolas, indígenas e caiçaras. E, no encerramento da 4ª Ação, no Rio Grande do Norte, as companheiras potiguares e cearenses com a realização Virada Feminista Agroecológica e Cultural, que passou por comunidades indígenas, quilombolas e rurais, visibilizando as alternativas das mulheres para a autonomia de suas vidas e de seus territórios, com a defesa da agroecologia e da cultura feminista.

Todo o acúmulo político e a construção de força para o nosso movimento no enfrentamento à mercantilização da natureza ao longo da 4ª Ação estão registrados no documentário "[Formigueiro - A revolução cotidiana das mulheres](#)", lançado em 2022, e seguem se desdobrando até hoje nos territórios em que estamos organizadas.

De lá pra cá, participamos de ações contra a Vale após o crime de Brumadinho (que vínhamos denunciando desde 2007) e da organização da edição de 2019 da Marcha das Margaridas, e agora, novamente, na edição de 2023, além de um ato de celebração realizado virtualmente em 2020 em comemoração aos 20 anos de articulação das mulheres do campo, das florestas e das águas. A Marcha das Margaridas não é um capítulo à parte da MMM, ela está presente em toda a nossa história de movimento, e continuamos participando ativamente da construção dessa mobilização como uma agenda fundamental do feminismo popular no Brasil.

A [Marcha das Margaridas](#) representa milhares de mulheres em territórios diversos, resistência construída com modos de vida e práticas sustentáveis a partir de muitos conhecimentos tradicionais. Ela expressa a possibilidade de construção de uma economia transformadora, com sociobiodiversidade, soberania alimentar e agroecologia e o quanto a financeirização da natureza e as mudanças climáticas são uma ameaça à existência desses territórios e formas de vida.

Durante a pandemia de covid-19, que colocou muitos desafios para a nossa organização, concretizamos a solidariedade - um princípio da organização feminista da MMM - nas nossas práticas cotidianas, realizando inúmeras ações de solidariedade no país,



com distribuição de alimentos e de kits de higiene, construção e fortalecimento de cozinhas e hortas comunitárias e iniciativas de cuidados em saúde e geração de renda e de autonomia econômica para as mulheres. Em todo esse processo, colocamos nossa visão de que a pandemia é resultado do modelo insustentável de produção e consumo global, do agronegócio que desmata, destrói a natureza e altera os habitats naturais e as condições de vida das populações, com consequências na saúde em escala mundial.

Agora, ao final de 2023, demos o pontapé, junto com os demais movimentos, organizações, redes e sindicatos, à organização da nossa [Cúpula dos Povos paralela à COP 30](#). Ao longo dos próximos dois anos, trabalharemos nessa articulação para dar seguimento à nossa agenda com base na memória e alianças construídas ao longo da nossa história e aqui resgatadas. Consideramos que a realização dessa contracúpula será fundamental para o enfrentamento da profunda desigualdade socioambiental e do racismo estrutural que vivemos e para o avanço de políticas comuns frente à crise climática.



Foto: Natalia Blanco

Nossas ações e articulações no presente

Após recuperar todo esse processo do nosso acúmulo feminista sobre a natureza, com diferentes momentos e intensidades, chegamos ao nosso presente. A partir de um levantamento realizado internamente, com xx respostas de xx estados até a realização da oficina, vemos como essa discussão segue presente em nossas articulações e práticas e são uma memória viva e a continuidade do nosso movimento.

O levantamento realizado apresenta em quais agendas e articulações estamos presentes, há quanto tempo, quais formas de organização, práticas e alianças.

No tema da **soberania energética**, identificamos que há mais de 150 militantes envolvidas nesse processo desde o início da MMM, mas que ele se intensificou nos últimos 10 anos. Como aliados nessa luta, aparecem movimentos e organizações nacionais, como o MST, o MAB, a CONAQ, alguns movimentos locais, como os de moradia. As principais formas de organização nesta agenda são: formação, debate, manifestações e ações diretas e ela aparece muito vinculada à defesa do território. Também aparece a dificuldade de organização das mulheres porque elas estão mais afastadas dentro de seus territórios e não conseguem fazer uma articulação como gostariam.



Na **luta contra a mineração**, identificamos que há mais de 80 militantes envolvidas, com intensificação desse debate nos últimos 10 anos, e articulação com partidos de esquerda que também constroem essa agenda. As principais formas de organização são: rodas de conversas, ações diretas e debates. Já na **defesa dos territórios contra as transnacionais**, aparecem misturadas as lutas contra a mineração e o extrativismo. São cerca de 120 militantes envolvidas e articuladas nacionalmente. Essa agenda está muito marcada na construção de comitês e da própria MMM nos territórios, com a observação de que o nosso acúmulo de debate enriquece essas experiências. Também há uma articulação com movimentos indígenas e quilombolas nos territórios.

Na **agroecologia**, há mais de 290 mulheres envolvidas, com uma intensificação do processo de organização nos últimos 10 anos. A construção da agroecologia aparece vinculada à luta por moradia e pela reforma agrária, com articulação com outros movimentos, como a Central de Movimentos Populares (CMP), e, internacionalmente, com a Via Campesina. Essa organização se dá a partir de formações, rodas de conversa e ações diretas. Nos processos urbanos, está associada às rádios comunitárias, e a comunicação aparece também como forma de fazer agroecologia.

Já as **hortas comunitárias** correspondem a um processo que se intensificou nos últimos 5 anos. Elas aparecem muito associadas às ações realizadas durante a pandemia para garantir a alimentação da população em territórios periféricos. Nesse caso, é possível observar como nossos espaços de ação coletiva passam a gerar a produção de alimentos em territórios que, inicialmente, não são pensados para isso, como as periferias urbanas, e aí o mutirão surge como principal forma de atuação. A Marcha das Margaridas aparece como mobilizadora dessa construção e é a agenda que mais reúne militantes.

Também associada às ações realizadas na pandemia está a organização de **cozinhas comunitárias**, com mais de 40 militantes envolvidas. O MTST aparece como uma aliança nessa construção, além dos demais movimentos e organizações aliadas em outros eixos. As cozinhas comunitárias são tidas como espaços de fortalecimento de mulheres que vivem em situação de violência para a construção de autonomia.

A **defesa dos territórios contra a financeirização da natureza** aparece em menos estados, com envolvimento de mais de 120 militantes e intensificação nos últimos cinco anos. A Marcha das Margaridas aparece como mobilizadora para conseguir nomear esse processo.

Durante a realização da oficina, esse levantamento foi apresentado em um mapa do Brasil como uma “fotografia do nosso movimento”. Ao analisá-lo coletivamente, as militantes apontaram que é possível visualizar como estamos em movimento nos territórios, mas que também há lacunas que nos dizem algo, como a necessidade de reconhecer mais os processos que construímos localmente, incluindo iniciativas recentes e não apenas práticas que estão consolidadas há anos.

Apesar dessas lacunas identificadas, esse levantamento inicial oferece pistas importantes sobre a nossa atuação. Compartilhar as lutas e construções de alternativas nos territórios nos permite conhecer outros tipos de ação e articulação que estamos realizando e reconhecer a nossa força para dar continuidade a esses processos, bem como originar outros ou reativar redes que já existiram antes.



Por meio dele, podemos observar também o caráter aglutinador da Marcha e como a solidariedade, a diversidade e as alianças, que são premissas da nossa organização, estão presentes na construção cotidiana do movimento.

Materiais recomendados

Publicação | [Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios](#) - SOF (2020)

Artigo e vídeo | [Os parques eólicos e a resistência das mulheres no Brasil](#)

Artigo | [Biodiversidade em colapso: disputas corporativas na COP15](#)

Vídeos | [Crítica feminista ao poder corporativo](#)

Documento | [Posicionamento da Marcha Mundial das Mulheres sobre o Plano de Transformação Ecológica do Governo Federal](#) (2023)

A oficina nacional “Mulheres em marcha: natureza, territórios e soberania popular” foi realizada pela Marcha Mundial das Mulheres e pela Sempreviva Organização Feminista (SOF) em São Paulo, nos dias 10 e 11 de novembro de 2023. O evento contou com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo. O conteúdo deste documento é responsabilidade exclusiva da SOF e não representa necessariamente a posição da FRL.